



Gestão Social do Território: diversidade de atores e interesses

Social Territorial Management: diversity of actors and interests

ASSIS, William Santos de¹; VIEIRA; Ana C. C².; MONTEIRO, Antonio E.G³; COSTA, Ana C.4;
LUZ, Beatriz⁵

1.Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/UFPA- william.assis1@gmail.com; 2.Núcleo de Desenvolvimento Territorial NE I/UFPA- accvieira_florestal@yahoo.com.br; 2. Núcleo de Desenvolvimento Territorial NE I/UFPA duduaegm@gmail.com; 3.Núcleo de Desenvolvimento Territorial NE I/UFPA - anacarina.ufpa@gmail.com; 5.Universidade Federal Rural da Amazônia – beatrizluzlpj@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo inicial de constituição do Colegiado Territorial do Território de Identidade Rural Nordeste I. Utilizamos como ferramentas metodológicas a revisão bibliográfica e a análise dos relatórios das Assembleias Territoriais, os relatórios de atividades de campo do Núcleo de Extensão Territorial (NEDET) e a observação participante.

Palavras-chave: Gestão Social; Território; Atores Sociais.

Abstract

This paper aims to analyze the initial constitution process of the Territorial Collegiate from the Rural Identity Territory Northeast I. We used as methodological tools the literature review and the analysis of the territorial assemblies' reports, field activities reports of the Territorial Extension Center (NEDET) and the participatory observation.

Keywords: Social Management; Territory; Social actors.

Introdução

O tema do desenvolvimento territorial é relativamente recente na realidade brasileira. Segundo Medeiros e Miná (2011), da forma como vem sendo debatido no ambiente acadêmico leva à compreensão de uma procura de valorização das especificidades locais frente ao processo de globalização econômica. No contexto desse trabalho, compreendem-se como especificidades locais valores ligados à diversidade étnica, cultural, produtiva e ambiental. Do ponto de vista mais amplo implica na “ressignificação do papel dos espaços rurais nos processos de desenvolvimento econômico” (MEDEIROS e MINÁ, 2011, p.14). Nesse sentido, a abordagem territorial oferece outra perspectiva para o desenvolvimento em que a articulação entre os atores sociais e a participação democrática na tomada de decisão assume uma dimensão fundamental.

O objetivo desse texto é analisar o processo inicial de constituição do espaço de gestão social do Território Nordeste I (TNE I) no estado do Pará representado pelo Colegiado Territorial, CODETER do TNE I. Segundo Corezola et. al. (2010), pensar o



desenvolvimento a partir da abordagem territorial sugere uma mudança significativa, por exigir uma nova divisão de funções e de poder. Implica do ponto de vista prático no fortalecimento dos grupos sociais locais e suas organizações no que se refere à capacidade de propor e implementar ações articuladas para as diferentes dimensões do desenvolvimento: social, econômica, cultural, política e ecológica.

O Território Nordeste I

Em maio de 2013 o CONDRAF emitiu portaria de homologação do TNE I (Portaria Nº 94/2013 CONDRAF). O território foi constituído com 13 municípios (Augusto Correa, Bonito, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu). A área total do território é de 16.590 Km². A população total do território é de 423.576 habitantes, sendo que 56% (238.153) residem na área urbana e 44% (185.423) residem na área rural do município. Em 7 (sete) municípios do território predomina a população urbana e em 6 (seis) predomina a população rural. Nos municípios com predominância de população urbana destaca-se Salinópolis que tem aproximadamente 89% da população concentrada na área urbana. No caso dos municípios com predominância rural destacam-se os municípios de Tracuateua com 74%, Bonito com 72% da população na área rural.

Tabela 01: População urbana, rural e total dos municípios do território.

Município	População Total	População Urbana	População Rural
Augusto Correa	40.497	18.240	22.257
Bonito	13.630	3.827	9.803
Bragança	113.227	72.621	40.606
Capanema	63.639	50.732	12.907
Nova Timboteua	13.670	5.520	8.150
Peixe-Boi	7.854	4.169	3.685
Primavera	10.268	6.391	3.877
Quatipuru	12.411	5.313	7.098
Salinópolis	37.421	33.391	4.030
Santarém Novo	6.141	1.809	4.332
São João de Pirabas	20.647	10.487	10.160
Tracuateua	27.455	7.256	20.199
Viseu	56.716	18.397	38.319
Total	423.576	238.153	185.423

Fonte: IBGE (2010).

Mesmo sem uma análise profunda em relação ao que é e ao que não é urbano, no sentido discutido por Veiga (2005), podemos afirmar que os municípios do TNE I têm uma forte característica rural no que se refere à origem de sua população, sua identidade cultural e sua economia.



Do ponto de vista da estrutura fundiária, o TNE I apresenta um elevado grau de concentração da terra. Considerando apenas os dados relativos à terra em mãos da Agricultura Familiar e Não Familiar, podemos observar o seguinte: 93% dos estabelecimentos (14.089 estabelecimentos de um total de 15.109) estão em poder da Agricultura Familiar enquanto que a área desses estabelecimentos corresponde apenas a 48% das terras (227.607 de um total de 476.505 hectares). Mesmo com esses números, o território se diferencia de outros no estado do Pará quando fazemos uma análise mais detalhada. Se considerarmos a área total dos estabelecimentos Familiares veremos que a área média das propriedades seria de 16,2 ha, enquanto que os estabelecimentos Não Familiares teriam uma área média de 244,02 ha. Esses valores comparados ao Brasil e outras regiões do próprio estado estimulam a uma análise mais aprofundada das situações específicas, o que não é objeto desse texto.

Tabela 02: Distribuição dos estabelecimentos Familiares e Não Familiares no território.

Municípios	Número de Estabelecimentos		Área dos estabelecimentos (em ha)	
	AF	NF	AF	NF
Salinópolis	223	32	3 453	2 291
São João de Pirabas	519	54	11 079	13 034
Augusto Correa	1 848	129	15 853	19 969
Bonito	585	60	14 811	11 183
Bragança	3 613	188	58 785	37 873
Capanema	702	46	9 493	6 253
Nova Timboteua	305	33	5 379	8 370
Peixe-Boi	156	55	6 124	27 419
Primavera	274	13	6 011	3 043
Quatipuru	325	17	5 206	6 105
Santarém Novo	75	17	1 507	3 364
Tracuateua	2 547	171	16 446	12 478
Viseu	2 917	205	73 460	97 519
Total	14.089	1.020	227.607	248.898

Fonte: IBGE (2010)

Do ponto de vista da produção agropecuária o TNE I apresenta uma diversidade de produtos destinados em sua maioria à alimentação. Dentre os principais produtos temos o arroz (532 ha), o feijão (14.540 ha), mandioca (27.150 ha) e milho (5.280 ha). Destaca-se a importância da cultura do feijão e da mandioca, dois produtos de fundamental importância para a segurança alimentar da população do território. O TNE I tem um rebanho bovino de aproximadamente 195.220 cabeças e um plantel de suínos de 21.867 cabeças. A produção de leite atual é de 1.952 milhões de litros (IBGE, 2011).

Uma característica importante desse território é a vocação para a produção de mel. Há produtores de mel em todos os 13 municípios do território, uma cooperativa de meliponicultores, e a produção do território gira em torno de 88 toneladas (IBGE, 2011).



Como em outras regiões do estado cresce plantio de dendê no território. Em dois municípios (Bonito e Nova Timboteua) já são 12.000 hectares plantados do monocultivo. Essa tendência é uma ameaça do ponto de vista ambiental e social à medida que já há registro do aumento da especulação de terras, com transferências de terras (via compra) da Agricultura Familiar para a Não Familiar. Além do risco de um processo de reconcentração fundiária, já é sabido de casos de contaminação ambiental e de pessoas devido ao uso em grande escala de agrotóxicos nesse tipo de cultivo.

Vários municípios do território têm uma atividade pesqueira muito intensa. As estatísticas sobre o volume de produção e comercialização são muito precários o que não permitiu reunir informações suficientes para compor esse trabalho.

Gestão Social do Território: atores presentes e ausentes na formação do CODETER

A Constituição brasileira prevê mecanismos legais de participação nos processos decisórios relacionados à ação do Estado e a políticas públicas (Art. 198/206/216 e um conjunto de parágrafos e incisos). Para Medeiros e Miná (2011, p.209), esse marco jurídico normatiza espaços e canais de participação, mas “silencia quanto ao apoio efetivo à formação e à oferta de condições objetivas para viabilizar e qualificar a participação e representação de interesses, em especial entre populações desprovidas de meios para sua efetiva representação”. Interessa aqui verificar quais grupos sociais e suas organizações (a diversidade) participaram no processo da constituição do CODETER, e como vem ocorrendo a participação (a qualidade). Nesse texto, entendemos participação no sentido descrito por Bourdieu (1989), ou seja, no sentido da participação política. Nesse sentido, a qualidade da participação está relacionada ao tempo disponível para atuar (politicamente) nas instâncias de decisão e o capital cultural dos representantes políticos.

A política territorial estimulou a participação para além dos mecanismos institucionais legais contidos na Constituição. Em cada território é possível criar arranjos de gestão social e de debate de políticas públicas seguindo uma diretriz geral, mas flexível o suficiente para criação de arranjos locais. Piraux et al (2013) identificaram uma grande diversidade no formato dos colegiados territoriais em das trajetórias de constituição dos territórios. O nível de participação também variou em função das características dos territórios. O nordeste paraense e, em especial a região Bragantina, é uma área de colonização antiga com forte tradição na produção de alimentos em propriedades de pequeno porte e com gestão familiar. Essa região também tem como marca uma forte atuação do movimento de trabalhadores rurais ligados ao sistema sindical Contagueano e Cutista. O movimento de mulheres trabalhadoras rurais também se desenvolveu de forma diferenciada nessa região chegando a criar um movimento próprio, o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), ainda que articulado ao movimento sindical.



Após a homologação do TNE I pelo CONDRAF em 2013 deu-se início ao processo de mobilização para a criação da Comissão de Instalação de Ações Territoriais (CIAT) com apoio da Delegacia do MDA em Belém e do assessor territorial. A CIAT foi formada com a representação de 12 instituições do território, sendo 6 do poder público e 6 da sociedade civil. Entre setembro de 2013 e janeiro de 2014, a CIAT desenvolveu uma agenda positiva nos 13 municípios mobilizando e sensibilizando os atores do território quanto aos seguintes temas: i) constituição do colegiado territorial; ii) conceito de gestão social das políticas públicas; iii) dinamização econômica do território; iv) fortalecimento das redes sociais de cooperação; v) articulação de políticas públicas. O debate em torno desses temas visava à construção de uma visão compartilhada sobre o futuro do território.

Esse processo de mobilização culminou com uma agenda para a criação do colegiado territorial. A partir de janeiro de 2014 a CIAT recebeu o apoio do Projeto “Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental: as experiências do Nordeste, Sul e Sudeste do Pará” (Apoio CNPq), coordenado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e com a participação da Universidade Federal do Pará (UFPA) que se responsabilizou pelo apoio ao TNE I. Em agosto de 2014 realizou-se a 1ª Plenária Territorial com o objetivo de deliberar sobre a validação do Colegiado Territorial (CODETER). Participaram dessa plenária 30 representantes de instituições do poder público (14 representantes) e da sociedade civil (16 representantes). Ainda nessa plenária foi eleito o Núcleo Diretivo (ND) do CODETER com a função de dinamizar as ações no território. O ND foi formado por 8 instituições, sendo 5 da sociedade civil e 3 do poder público.

Na 1ª Plenária Territorial o poder público estava representado através da Secretaria Estadual de Agricultura, EMATER-Pará (Escritórios municipais de Nova Timboteua, Regional de Capanema, Augusto Correa, Primavera, Santarém Novo, São João de Pirabas, e Quatipuru), Prefeitura Municipal (Nova Timboteua). A sociedade civil estava representada pelos membros presentes da Fetagri Regional Bragantina, dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) dos municípios de Capanema, Bonito, Viseu, Santarém Novo, Peixe-Boi, Augusto Corrêa, Tracateua, Nova Timboteua, Bragança, o MMNEPA, a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés (COOMAC), a Associação dos Criadores Orgânicos de Abelha de Tracateua (APITRA) e do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Essa composição mostra a grande influência do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais que mobilizou a maioria das organizações ligadas de alguma maneira a esse segmento. Do lado do poder público verificou-se a hegemonia do órgão de assistência técnica, a EMATER-Pará, com o maior número de representantes na plenária.

Ao final dessa plenária os participantes chegaram à conclusão que boa parte dos atores do território não estavam ali representados como, por exemplo, as prefeituras (só havia representante de uma das treze prefeituras do território), representantes dos produtores Não Familiares, representantes das RESEXs Marinha (existem 6 Resex Marinha no território), representantes das comunidades Quilombolas, representantes de instituições bancárias, representantes de empresários de atividades urbanas e



industriais. Ficou acertado nessa plenária que o CODETER criado com essas lacunas estabelecerá uma agenda para fomentar e aumentar a participação desses segmentos.

Em dezembro de 2014 foi realizada a 2ª plenária do CODETER e teve como pauta: i) nivelamento conceitual sobre Desenvolvimento Territorial; ii) aprovação do Regimento do CODETER; iii) ampliação da plenária do CODETER; iv) criação e aprovação de Câmaras Temáticas; v) elaboração de uma agenda mínima para o Desenvolvimento Territorial. A plenária do CODETER foi ampliada para 42 integrantes, sendo 22 representantes do poder público e 20 da sociedade civil. A ampliação da plenária do CODETER ratificou a tendência identificada no momento de sua constituição. A maioria dos membros é representante dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (11 STTRs e Fetagri Regional) e da EMATER-Pará (Representante de 11 escritórios locais e 1 escritório regional). A representação das prefeituras aumentou de forma discreta se consideramos a participação de Secretarias Municipais de Agricultura (Salinópolis, Nova Timboteua, Bragança e Capanema) e de Meio Ambiente (do município de Augusto Correa). O número de Associações de produtores também aumentou. Uma empresa de prestação de serviços de assistência técnica não estatal também se integrou à plenária do CODETER. A representação das RESEXs ainda é incipiente, com uma representação da Associação Mãe da RESEX Chocoaré-Mato Grosso (CODETER, 2015).

Na 2ª Plenária do CODETER foram criadas 3 Câmaras Temáticas: i) Câmara de Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Rural Sustentável com o objetivo de potencializar a produção agrícola dos municípios no território, promovendo o fortalecimento das práticas agroecológicas, aumentando a acessibilidade às políticas públicas e aos programas de governo; além de buscar a melhoria da disponibilidade e qualidade da assistência técnica no território; ii) Câmara de Educação do Campo, Populações Tradicionais, Jovens e Mulheres com objetivo de fortalecer a educação do campo, para que essa seja voltada à realidade rural amazônica e trabalhar para a fixação das crianças e jovens no campo, buscando alternativas para incentivar a juventude a trabalhar e se desenvolver no campo e; iii) Câmara de Infraestrutura e Bem Estar Social com o objetivo de criar uma rede de articulação para definição de propostas de desenvolvimento, definindo medidas compensatórias para os grandes empreendimentos que se desenvolvem/beneficiam do território.

Conclusão

O Território de Identidade Rural do Nordeste I paraense vem se institucionalizando e se desenvolvendo com a missão de *“buscar a valorização das culturas e dos sistemas de produção territorial, apontando as principais prioridades e demandas, através de articulações negociadas e mobilizadas junto aos setores competentes; possibilitando o desenvolvimento territorial e sustentável, a partir de uma visão estratégica e coletiva”* que valorize as identidades sociais, culturais, organizativas e econômicas do território.



O primeiro passo foi dado com a criação do CODETER e de três Câmaras Temáticas como espaços de articulação e ação dos atores do território. Atuar de forma efetiva na gestão social das políticas públicas territoriais dependerá da capacidade organizativa e política dos atores sociais e da qualidade das proposições elaboradas nos espaços de negociação, implementação e acompanhamento.

Referências

BOURDIEU, P. O poder simbólico. São Paulo: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CODETER. Relatório da 2ª Plenária Territorial do Noredeste I. Belém, 2015.

COREZOLA, F.; OLIVEIRA, C. D.; ALMEIDA, M. G. Desafios da governança territorial nos Territórios incorporados ao programa territórios da Cidadania. Campina Grande, Raízes, v. 28/29, n. 1/2, p. 87-96, 2010. (Dossiê território, sustentabilidade e ação pública).

MEDEIROS, L.S. de. e MINÁ, M. Marco Jurídico-Normativo para Desenvolvimento Rural com Enfoque Territorial. In. MIRANDA, C. e TIBURCIO, B. (Org). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.14).

PIRAUX, M.; ASSIS, W. S. de.; RODRIGUES, V. da C.; SILVA, N.N.M.; ALVES, J.W. Um olhar sobre a diversidade dos colegiados dos territórios da cidadania. Belém: Novos Cadernos do NAEA, V.16, Nº 01, 2013. (p. 101-124).

VEIGA, J. E.da. A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Cadernos do CEAM/UNB, v. 17 (pp. 9-22), 2005.